

Matrinchã
Transmissora
de Energia
(TP Norte) S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias

Veja as Notas Explicativas 7.2, 13 e das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2018 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 1.979.110 mil referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, efetuamos testes em bases documentais e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 22 de março de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	116.634	116.256
Contas a receber de clientes	10	23.114	16.109
Impostos a recuperar		6.230	5.534
Almoxarifado Operacional		7.562	-
Despesas antecipadas		442	420
Créditos a receber		4.733	5.857
Outros ativos circulantes		10	-
Aplicacao P&D		1.059	-
Total do ativo circulante		159.784	144.176
Não circulante			
Caixa Restrito	11	29.815	47.123
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	55.323	60.807
Imobilizado líquido	13	1.979.110	2.042.190
Intangível	14	36.413	36.397
Total do ativo não circulante		2.100.661	2.186.517
Total do ativo		2.260.445	2.330.693
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	15	10.344	10.180
Retenções Contratuais		212	-
Empréstimos e financiamentos	16	53.988	48.686
Debêntures	17	16.204	-
Salários e encargos		895	345
Imposto de renda e contribuição social		4.651	-
Impostos e contribuições sociais		4.845	4.988
Dividendos propostos		43.818	75.183
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		2.670	1.130
Total do passivo circulante		137.627	140.512
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	479.990	519.111
Debêntures	17	203.326	193.088
Provisão para litígios	18	4.581	-
Total do passivo não circulante		687.897	712.199
Patrimônio líquido			
Capital social	19	1.508.073	1.508.073
Reserva legal		16.739	12.816
Reserva de lucros retidos		-	40.495
Dividendos adicionais propostos		-	144.369
Prejuízos acumulados		(89.891)	(227.771)
Total do patrimônio líquido		1.434.921	1.477.982
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.260.445	2.330.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	20	172.032	146.526
Despesas de operação e manutenção - O&M		(35.236)	(16.109)
Lucro bruto		136.796	130.417
Despesas operacionais			
Pessoal		(5.415)	(2.571)
Materiais		(44)	-
Serviços de terceiros		(6.231)	(4.165)
Tributos		(35)	-
Arrendamentos e aluguéis		(662)	-
Depreciação e Amortização		(63.495)	(63.567)
Depreciação		(45)	-
Outras receitas operacionais		1.148	-
Outros gastos operacionais		(855)	3.696
		(75.634)	(66.607)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		61.162	63.810
Receitas financeiras	21	9.567	23.801
Despesas financeiras	21	(71.470)	(71.132)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(741)	16.479
Imposto de renda corrente		(17.410)	-
Contribuição social corrente		(6.276)	-
Imposto de renda diferido		-	44
Contribuição social diferida		-	7
		(23.686)	51
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(24.427)	16.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(24.427)	16.530
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	(24.427)	16.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.508.073	6.961	40.495	60.940	(127.208)	1.489.261
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.530	16.530
Constituição de reserva legal	-	5.855	-	-	(5.855)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(27.809)	(27.809)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	83.429	(83.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.508.073	12.816	40.495	144.369	(227.771)	1.477.982
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(24.427)	(24.427)
Constituição de reserva legal	-	3.923	-	-	(3.923)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(40.495)	-	40.495	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(18.634)	(18.634)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(144.369)	144.369	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.508.073	16.739	-	-	(89.891)	1.434.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos imposto de renda e da contribuição social	(741)	16.479
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Depreciação	63.540	63.567
Despesas de juros de empréstimos	70.611	59.388
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(7.005)	1.890
Provisão para litígios	4.581	-
Impostos a recuperar	(696)	(4.217)
Outros ativos circulantes	(7.529)	(1.055)
Fornecedores	376	(2.261)
Imposto de renda e contribuição social	4.651	-
Impostos e contribuições sociais	(143)	(954)
Salários e encargos	550	(51)
Outros passivos circulantes	1.546	(2.245)
	129.741	130.541
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		
Pagamento de juros - empréstimos	(40.995)	(44.274)
Pagamento de custo de transação na emissão de debêntures	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(18.214)	-
operacionais	70.532	86.267
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	17.308	1.632
Imobilizado	(458)	(37.114)
Intangível	(12)	-
	16.838	(35.482)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	16.165	-
Pagamento de principal - Empréstimos	(53.157)	(52.724)
Dividendos pagos	(50.000)	-
	(86.992)	(52.724)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	378	(1.939)
Início do exercício	116.256	118.196
Final do exercício	116.634	116.257
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	378	(1.939)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Cláudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Cláudia e até a subestação de Sinop.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorizações” em R\$ 182.528 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 (R\$ 174.208 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018).

- b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)**
A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- c. Licenciamento Ambiental**
A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia foi autorizada pela Administração em 03 de maio de 2019.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatória, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota Explicativa nº 7.11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

b. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretações podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

6 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 7.

7 Principais práticas contábeis regulatórias

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

7.2 Imobilizado

7.2.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

7.2.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

7.3 Intangíveis

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

7.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

7.5 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido societário anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

7.6 Receita sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado, com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

7.7 Despesas de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado se não estiver relacionada a financiamentos para a construção do ativo em construção, quando é registrada no ativo imobilizado pelo método dos juros efetivos.

7.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário compreende os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

7.8.1 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.8.2 *Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido societário diferido*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis regulatórias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

7.9 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%;
- Reserva Global de Reversão - 2,6% do faturamento. É usada para financiar o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.

As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

7.10 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

7.10.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

7.10.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7.11 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu determinados pronunciamentos técnicos os quais até a presente data ainda não foram aprovados pela Aneel. A seguir são descritas as principais normas contábeis pendentes de aprovação do regulador:

- (i) CPC 47 – Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018).
- (ii) CPC 48 – Instrumentos Financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018).
- (iii) CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019).

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras e regulatória da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos conta movimento	12.687	8.015
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	60.662	76.389
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	19	21
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	37.352	-
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	5.914	31.831
	116.634	116.256

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

10 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Vencidos acima de 100 dias	2.608	948
Vencidos de 51 a 100 dias	1.200	3
Vencidos até 50 dias	711	128
A vencer	18.595	15.030
	23.114	16.109

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

11 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e na Base Negativa da CSLL foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018*

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	41.451	45.482
Contribuição social diferida	<u>13.872</u>	<u>15.325</u>
	<u>55.323</u>	<u>60.807</u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	-	44
Contribuição social diferido sobre base negativa	<u>-</u>	<u>7</u>
Imposto líquido no resultado	<u>-</u>	<u>51</u>

13 Imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo Imobilizado em Serviço									
Administração									
Máquinas e Equipamentos	67	8	-	-	75	8	(41)	34	41
Móveis e utensílios	-	71	-	-	71	-	(14)	57	-
Veículos	63	-	(63)	-	-	(63)	-	-	63
Subtotal	130	79	(63)	-	146	(55)	(55)	91	104
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	2.081.018	-	-	6.343	2.087.361	6.343	(163.710)	1.923.651	1.979.291
Edificações e obras civis	37.128	-	-	-	37.128	-	(3.554)	33.574	34.983
Terrenos	841	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	233	-	-	-	233	-	(38)	195	210
Subtotal	2.119.220	-	-	6.343	2.125.563	6.343	(167.302)	1.958.261	2.015.325
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	65	-	-	(65)	-	(65)	-	-	65
Edificações e obras civis	9.737	4.884	(6.194)	(771)	7.656	10.307	-	7.656	9.737
A Ratear	498	-	-	(498)	-	(498)	-	-	498
Desenvolvimento de Projetos	14	-	-	(14)	(0)	(14)	-	(0)	14
Adiantamentos a Fornecedores	16.864	1.650	-	(5.412)	13.102	(3.762)	-	13.102	16.864
Outros	(417)	-	-	417	(0)	417	-	(0)	(417)
Subtotal	26.761	6.534	(6.194)	(6.343)	20.758	6.385	-	20.758	26.761
Total do Ativo Imobilizado	2.146.111	6.613	(6.257)	-	2.146.467	12.673	(167.357)	1.979.110	2.042.190

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificação	Transferências	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo Imobilizado em Serviço										
Administração										
Máquinas e Equipamentos	67	2	(2)	-	-	67	-	(26)	41	54
Veículos	164	-	(164)	63	-	63	-	-	63	132
Subtotal	231	2	(166)	63	-	130	-	(26)	104	186
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	2.052.226	-	-	-	28.792	2.081.018	-	(101.727)	1.979.291	2.012.639
Edificações e obras civis	37.128	-	-	-	-	37.128	-	(2.145)	34.983	36.396
Terrenos	841	-	-	-	-	841	-	-	841	841
Móveis e utensílios	233	-	-	-	-	233	-	(23)	210	225
Subtotal	2.090.428	-	-	-	28.792	2.119.220	-	(103.895)	2.015.325	2.050.101
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão										
Máquinas e equipamentos	96	29.987	-	(1.226)	(28.792)	65	29.987	-	65	96
Edificações e obras civis	3.729	8.748	-	(2.740)	-	9.737	8.748	-	9.737	3.729
A Ratear	498	23.206	-	(23.206)	-	498	23.206	-	498	498
Desenvolvimento de Projetos	14	-	-	-	-	14	-	-	14	14
Adiantamentos a Fornecedores	14.517	5.515	(3.116)	(52)	-	16.864	2.399	-	16.864	14.517
Outros	73	203	-	(693)	-	(417)	203	-	(417)	73
Subtotal	18.927	67.659	(3.116)	(27.917)	(28.792)	26.761	64.543	-	26.761	18.927
Total do Ativo Imobilizado	2.109.586	67.661	(3.282)	(27.854)	-	2.146.111	64.543	(103.921)	2.042.190	2.069.214

		2018		2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumuladas	Valor Líquido
Em Serviço				Valor Líquido
Transmissão		2.125.563	(167.302)	2.015.325
Custo Histórico	4%	2.125.563	(167.302)	2.015.325
Administração		146	(55)	104
Custo Histórico	10%	146	(55)	104
Total em serviço		2.125.709	(167.357)	2.015.429
Em Curso				
Transmissão		20.758	-	20.758
Custo Histórico		20.758	-	20.758
Total do imobilizado		2.146.467	(167.357)	2.042.190

Adições de imobilizado em curso

MRS	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações e obras civis	4.884	-	4.884
Adiantamentos a Fornecedores	-	1.650	1.650
Total das Adições	4.884	1.650	6.534

Principais taxas de depreciação por macro atividade:

	Taxa anuais de depreciação (%)
Rede básica	
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,89%
Máquinas e equipamentos	6,29%
Móveis e utensílios	13,07%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	33,34%
Veículos	28,58%
Móveis e utensílios	12,50%
Intangível em serviço	
Rede básica	
Servidões	2,46%
Administração central	
Softwares	40,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14 Intangível

	Valor bruto em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço Transmissão									
Servidões	30.601	-	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Subtotal	30.601	-	-	-	30.601	-	-	30.601	30.601
Ativo Intangível em Administração									
Software	148	-	(3)	-	145	-	(56)	89	148
Subtotal	148	-	(3)	-	145	-	(56)	89	148
Ativo intangível em curso									
Software	-	17	-	-	17	17	-	17	-
Servidões	5.648	58	-	-	5.706	58	-	5.706	5.648
Subtotal	5.648	75	-	-	5.723	75	-	5.723	5.648
Total do Ativo Intangível	36.397	75	(3)	-	36.469	75	(56)	36.413	36.397

15 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Itumbiara transmissora de energia S.A.	586	-
China Epri Science & Technology CO.	2.255	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	50
Process -Protection and control for Energy	55	-
Leme Engenharia	114	-
Nari Group Coporation	593	949
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.423	2.823
Outros	1.278	1.113
	10.344	10.180

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

16 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos BNDES							
	31/12/2017	Captação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2018
BNDES Subcrédito A	526.953	16.165	42.784	(39.651)	(46.145)	-	500.106
BNDES Subcrédito B	41.555	-	1.327	(1.344)	(7.013)	-	34.525
Custo de transação	(711)	-	-	-	-	58	(653)
	<u>567.797</u>	<u>16.165</u>	<u>44.111</u>	<u>(40.995)</u>	<u>(53.158)</u>	<u>58</u>	<u>533.978</u>
Empréstimos BNDES							
	31/12/2016	Captação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2017
BNDES Subcrédito A	566.217	-	48.428	(42.692)	(45.711)	-	526.953
BNDES Subcrédito B	48.578	-	1.572	(1.582)	(7.013)	-	41.555
Custo de transação	(711)	-	-	-	-	-	(711)
	<u>614.795</u>	<u>-</u>	<u>50.000</u>	<u>(44.274)</u>	<u>(52.724)</u>	<u>-</u>	<u>567.797</u>
						31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante						53.988	48.686
Passivo não circulante						479.990	519.111
						<u>533.978</u>	<u>567.797</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito 'A'** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 598.573.
- **Subcrédito 'B'** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.

- **Subcrédito ‘C’** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
BNDES Subcrédito A	47.947	47.947	47.947	47.947	253.781	445.596
BNDES Subcrédito B	<u>7.001</u>	<u>7.001</u>	<u>7.001</u>	<u>7.001</u>	<u>6.417</u>	<u>34.421</u>
	<u>54.948</u>	<u>54.948</u>	<u>54.948</u>	<u>54.948</u>	<u>260.198</u>	<u>479.990</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	46.094	46.094	46.094	46.094	299.620	483.996
BNDES Subcrédito B	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>7.023</u>	<u>35.115</u>
	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>53.117</u>	<u>306.643</u>	<u>519.111</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Renda	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento					
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total		Captação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Final	2019	2020	2021	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional															
BNDES - SUBCRÉDITO A	9.967	37.008	452.478	499.453	SIM	27/12/2013	corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	TJLP	1,97%	15/05/2029	46.975	47.865	47.865	356.748	499.453
BNDES - SUBCRÉDITO B	5.927	1.086	27.512	34.525	SIM	27/12/2013	corporativa; cessão fiduciária de recebíveis; direitos creditórios das contas centralizadora e reserva; penhor de ações	JUROS	3,50%	15/05/2023	7.013	7.013	7.013	13.487	34.525
Total por Dívida															
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	15.894	38.094	479.990	533.978							53.988	54.878	54.878	370.235	533.978

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Renda	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Cronograma de Amortização				
		Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	2019	2020	2021	2022+	Total
9	Ativos Financeiros	1.034	115.601	29.815	146.449							
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	1.034	115.601	29.815	146.449							
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	12.687	-	12.687			12.687				12.687
9.1.2	Aplicação Financeira CDB	1.034	102.914	-	103.947	CDI	98,00%	103.947				103.947
9.1.3	Aplicação Financeira Conta Reserva		-	29.815	29.815	CDI	98,00%	29.815				29.815

*Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018*

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	(48.686)	(712.199)	(760.885)	(800.334)
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	(48.686)	(712.199)	(760.885)	(800.334)
Ativos Financeiros	1.971	114.285	-	116.256	166.951
Alta Liquidez	1.971	114.285	-	114.285	166.951
Dívida Líquida	1.971	65.599	(712.199)	(644.629)	(967.285)

17 Debêntures

	31/12/2017	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2018
Debêntures	204.959	-	24.059	229.018
(-) Custo de Transação	<u>(11.871)</u>	<u>2.383</u>	<u>-</u>	<u>(9.488)</u>
	<u>193.088</u>	<u>2.383</u>	<u>24.059</u>	<u>219.530</u>
	31/12/2016	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2017
Debêntures	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
			31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante			16.204	-
Passivo não circulante			<u>203.326</u>	<u>193.088</u>
			<u>219.530</u>	<u>193.088</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Debêntures	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>117.606</u>	<u>203.326</u>
	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>21.430</u>	<u>117.606</u>	<u>203.326</u>

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital próprio igual ou superior à 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Principal	Principal +	Saldo	Adimplente?	Data	Tipo de	Indexador	Spread	Vencimento	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	Curto Prazo	Juros LP	Total		Captação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Final	2019	2020	2021	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional														
DEBÊNTURES	16.204	203.326	219.530	Sim	15/05/2016	compatilha com BNDES	IPCA	7,5826%	15/06/2029	16.204	16.204	16.204	170.918	219.529
Total por Dívida														
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	16.204	203.326	219.530							16.204	16.204	16.204	170.918	219.529

18 Passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas à: (a) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (b) Servidões Administrativas e (c) Ação Indenizatória, que ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.

Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou adiantamentos que totalizaram R\$ 32.423 para a Mavi Engenharia e Construções Ltda. (“Mavi”), conforme contrato de Construção firmado à época. No decorrer da construção da linha de transmissão, a Mavi não executou a integralidade dos trabalhos, conforme estabelecido no escopo do contrato firmado e, com a alegação de desequilíbrio econômico financeiro, abandonou a obra. Em decorrência deste abandono e, tendo em vista que as mediações de serviços não foram aprovadas (uma vez que os serviços não foram finalizados), a Companhia não efetuou os pagamentos. No exercício de 2016, a Mavi instaurou requerimento de arbitragem contra a Companhia, no qual pleiteia o valor aproximado de R\$ 113.000, que seriam necessários para o reequilíbrio do contrato.

Após esse pedido pela Mavi, a Companhia realizou estudos técnicos e financeiros, com o objetivo de verificar se o valor requerido pela Mavi era procedente, considerando o que já havia sido adiantado em comparação à construção realizada à época. Após esse estudo, a Companhia apurou que a Mavi deveria ressarcir a Companhia no valor total de R\$ 43.000.

Durante o exercício de 2017, as Partes apresentaram suas defesas e foi realizada apresentação do caso pelas Partes envolvidas à Câmara Arbitral. O processo se encontra em fase pericial, tendo sido estabelecida pelo Tribunal Arbitral a entrega do laudo pericial em 20 de novembro de 2018.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	625	-
Servidões	1.420	-
Outros	<u>2.536</u>	<u>-</u>
	<u>4.581</u>	<u>-</u>

As contingências possíveis estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas	506
Servidões	2.955
Administrativas	13.055
Cíveis	<u>499</u>
	<u>17.015</u>

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2018 e 31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117
COPEL Geração e Transmissão S.A.	<u>738.956</u>
	<u>1.508.073</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em Ata de Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018 para aprovar a destinação do lucro líquido societário do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os acionistas aprovaram a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido societário do exercício	78.460	117.093
Base de cálculo para reserva legal	78.460	117.093
Reserva Legal (5%)	3.923	5.855
Base de cálculo para dividendos	74.537	111.238
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	18.634	27.809
Reserva de retenção de lucros	55.903	83.429

20 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilização do sistema de transmissão	198.200	168.400
Receita operacional bruta	<u>198.200</u>	<u>168.400</u>
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.718)	(1.482)
Reserva global de reversão – RGR	(4.654)	(1.875)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(879)	(639)
Pis	(3.374)	(2.855)
Cofins	<u>(15.543)</u>	<u>(15.023)</u>
	<u>(26.168)</u>	<u>(21.874)</u>
Total receita operacional líquida	<u>172.032</u>	<u>146.526</u>

21 Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	9.627	15.510
Variações monetárias ativas	257	43
Outras receitas financeiras	173	9.010
Pis sobre receitas financeiras	(69)	(108)
Cofins sobre receitas financeiras	<u>(421)</u>	<u>(654)</u>
	<u>9.567</u>	<u>23.801</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(88)	(84)
Juros e multas	(208)	(1.235)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(70.611)	(69.420)
Outras despesas financeiras	<u>(570)</u>	<u>(393)</u>
	<u>(71.477)</u>	<u>(71.132)</u>
Total	<u>(61.910)</u>	<u>(47.331)</u>

22 Conciliação

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Ativo	31/12/2018			31/12/2017		
	Societá- rio	Ajustes ICPC01	Regulatóri o	Societá- rio	Ajustes ICPC01	Regulatóri o
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	116.634	-	116.634	116.256	-	116.256
Contas a receber de clientes	23.114	-	23.114	16.109	-	16.109
Impostos a recuperar	6.230	-	6.230	5.534	-	5.534
Ativo de contrato	166.773	(166.773)	-	153.155	(153.155)	-
Outros ativos circulantes	13.806	-	13.806	6.277	-	6.277
Total do ativo circulante	326.557	(166.773)	159.784	297.331	(153.155)	144.176
Ativo não circulante						
Caixa restrito	29.815	-	29.815	47.123	-	47.123
		(2.315.718)			(2.369.670)	
Ativo de contrato	2.315.718	-	-	2.369.670	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	55.323	55.323	-	60.807	60.807
Imobilizado líquido	18	1.979.092	1.979.110	26	2.042.164	2.042.190
Intangível	15	36.398	36.413	15	36.382	36.397
Total do ativo não circulante	2.345.566	(244.905)	2.100.661	2.416.834	(230.317)	2.186.517
Total do ativo	2.672.123	(411.678)	2.260.445	2.714.165	(383.472)	2.330.693
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Fornecedores	10.344	-	10.344	10.180	-	10.180
Empréstimos e financiamentos	53.988	-	53.988	48.686	-	48.686
Debêntures	16.204	-	16.204	-	-	-
Salários e encargos	895	-	895	345	-	345
Impostos e contribuições sociais	4.845	-	4.845	4.988	-	4.988
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.651	-	4.651	-	-	-
Dividendos propostos	43.818	-	43.818	75.183	-	75.183
Outros passivos circulantes	2.882	-	2.882	1.130	-	1.130
Total do passivo circulante	137.627	-	137.627	140.512	-	140.512
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	479.990	-	479.990	519.111	-	519.111
Debêntures	203.326	-	203.326	193.088	-	193.088
Passivo contingente	4.581	-	4.581	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	149.318	(149.318)	-	155.701	(155.701)	-
Total do passivo não circulante	837.215	(149.318)	687.897	867.900	(155.701)	712.199
Patrimônio líquido						
Capital social	1.508.073	-	1.508.073	1.508.073	-	1.508.073
Reserva legal	16.739	-	16.739	12.816	-	12.816
Reserva de lucros retidos	172.469	(172.469)	-	40.495	-	40.495
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	144.369	-	144.369
Prejuízos acumulados	-	(89.891)	(89.891)	-	(227.771)	(227.771)
Total do patrimônio líquido	1.697.281	(262.360)	1.434.921	1.705.753	(227.771)	1.477.982
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.672.123	(411.678)	2.260.445	2.714.165	(383.472)	2.330.693

**Matrinchã Transmissora de
Energia (TP Norte) S.A.**
Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2018

	31/12/2018			31/12/2017		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
	o	ICPC01	o	o	ICPC 01	o
					(131.318)	
Receita operacional líquida	235.106	(63.074)	172.032	277.844)	146.526
Custo de Construção	(470)	470	-	(38.463)	38.463	-
Indisponibilidade de equipamentos	(7.239)	(41)	(7.280)	-	-	-
Perdas pelo valor de indenização	-	-	-	-	-	-
Despesas de operação e manutenção - O&M	(27.956)	-	(27.956)	(16.109)	-	(16.109)
Lucro bruto	199.441	(62.645)	136.796	223.272	(92.855)	130.417
Despesas operacionais						
Pessoal	(5.415)	-	(5.415)	(2.571)	-	(2.571)
Serviços de terceiros	(6.231)	-	(6.231)	(4.165)	-	(4.165)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(63.521)	(63.521)	-	(63.567)	(63.567)
Outros	(460)	-	(460)	3.695	-	3.695
Total de despesas	(12.106)	(63.521)	(75.627)	(3.041)	(63.567)	(66.608)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	187.335	(126.166)	61.169	220.231	(156.422)	63.809
Receitas financeiras	9.567	-	9.567	23.802	-	23.801
Despesas financeiras	(71.477)	-	(71.477)	(71.132)	-	(71.132)
Total	(61.910)	-	(61.910)	(47.330)	-	(47.331)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	125.425	(126.166)	(741)	172.901	(156.422)	16.479
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.686)	-	(23.686)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(23.279)	23.279	-	(55.808)	55.859	51
		(102.887)			(100.563)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	78.460	(102.887)	(24.427)	117.093	(100.563)	16.530

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

22.1 Ativo de contrato

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos..

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

22.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide

nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

22.3 Receita e custo de construção

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas/custos de construção decorrentes da aplicação do CPC 47.

22.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente à remuneração do ativo financeiro decorrentes da aplicação do CPC 47.

22.5 Impostos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

22.6 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	1.697.281	1.705.753
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato / financeiro	(2.482.491)	(2.522.825)
Impostos diferidos ativos	55.323	60.807
Imobilizado	1.979.092	2.042.164
Intangível	36.398	36.382
Impostos diferidos passivos	149.318	155.701
Patrimônio líquido regulatório	1.434.921	1.477.982

22.7 Os valores referentes ao exercício de 2017 estão sendo apresentados considerando a reclassificação entre linhas para melhor demonstração da movimentação.

22.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido conforme contabilidade societaria	78.460	117.093
Efeito dos ajustes entre contabilidade societaria versus regulatoria		
Atualizacao do ativo de contrato/ financeiro	(171.166)	(220.739)
Margem de construção	(10.286)	-
Amortização do ativo contrato/ financeiro	118.807	127.884
Depreciação regulatória	(63.521)	(63.567)
Tributos sobre as diferenças de praticas contabeis	23.279	55.859
	(24.427)	16.530
Lucro (prejuizo) liquido regulatório	(24.427)	16.530

23 Transações com partes relacionadas

23.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ -1.045 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2017).

23.2 Operações comerciais

	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2018	31/12/2017
Passivo				
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.		Despesas de		
State Grid Brasil Holding S.A.	Fornecedores	O&M	586	-
			586	-
			586	-
	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2018	31/12/2017
Resultado				
State Grid Brasil Holding-	Custos			
Aluguel	administrativos	Aluguel	482	413
Itumbiara Transmissora		Despesas de		
De Energia S.A.	Custo operacional	O&M	11.181	12.949
			11.663	13.362
			11.663	13.362

24 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

24.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, Ativo de contrato e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	116.634	116.256
Contas a receber	23.114	16.109
Caixa restrito	29.815	47.123
	<u>169.563</u>	<u>179.488</u>

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia.
- **Contas a receber:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	103.928	108.220
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	19	21

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - Aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	103.928	Queda da taxa CDI	7.535	5.654	3.762
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	533.978	Alta da taxa TJLP	35.082	43.840	52.597
Debêntures	219.529	Alta do IPCA	8.803	10.998	13.205
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			6,57%	8,21%	9,85%
IPCA (%)			4,01%	5,01%	6,015%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,58%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 4,40% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (**Parcela Variável**).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

24.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2018	12/04/2019	R\$ 20.000	100.10.00001306
Garantia de Performance /Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	31/03/2018	31/03/2019	R\$ 90.000	024612015000107750008718
Riscos Operacionais	12/02/2019	12/02/2020	R\$ 160.923	519.61000259
Responsabilidade Civil	12/02/2019	12/02/2020	R\$ 10.000	1005100022653